

Os bancos europeus, cada vez mais preocupados.

Os grandes bancos comerciais da Europa estão preocupados com a possibilidade de a crise provocada pelas dívidas externas dos países latino-americanos — e sobretudo a do Brasil — obrigar as autoridades norte-americanas a suavizarem sua rígida política monetária, o que provocaria um agravamento da inflação e o enfraquecimento da recuperação econômica dos EUA.

Os bancos centrais europeus, por sua vez, já estão estudando um "caso extremo" em que os bancos comerciais se negam a conceder novos empréstimos ao Brasil, o que levaria o País a um passo da moratória formal e desataria uma crise financeira de contornos mundiais.

Dos 90 bilhões de dólares que o Brasil deve ao Exterior, 22 milhões correspondem a bancos dos EUA, que também correm grandes riscos na Argentina, no México e em grande parte da América do Sul. Segundo banqueiros europeus, alguns bancos norte-americanos dispõem de capitais e reservas relativamente baixos em comparação com seus correspondentes Europeus e a falta de pagamento por parte dos devedores latino-americanos poderia provocar-lhes uma crise de liquidez capaz de tornar necessária a ajuda oficial.

Numerosos bancos internacionais têm sérias dúvidas sobre sua participação no pacote de ajuda ao Brasil, que inclui 6,5 bilhões de dólares em novos empréstimos em condições mais favoráveis que antes e 2,5 bilhões em créditos governamentais para importações. Entretanto, os banqueiros dos EUA e do Japão, principalmente, acreditam que não têm outra opção. "Se respira um ar de resignação", disse um banqueiro de Tóquio.

Os primeiros indícios da crise, afirmam os banqueiros europeus, já estão sendo notados. O primeiro surgiu no final da semana passada, quando o First National Bank of Midland, do Texas, quebrou, o que se constituiu na segunda falência de um grande banco na história dos EUA. Além disso, um número sem precedentes de instituições financeiras estão prevendo prejuízos para este ano. Por fim, existe o significativo número de problemas bancários enumerados pela Deposit Insurance Corporation — uma importante companhia seguradora.

No caso dessa crise realmente eclodir, o governo dos EUA poderia se ver obrigado a colocar mais dinheiro no sistema, reduzindo, por exemplo, as taxas de juros e incrementando ao mesmo tempo os créditos para exportações, em condições mais favoráveis, aos países do terceiro mundo.

Diante desse panorama, a Reserva Federal dos EUA poderia se ver na necessidade de deixar que a liquidez e a inflação cresçam a um ritmo mais intenso, o que depreciaria os ativos dos bancos comerciais e, em consequência, deterioraria a recuperação econômica.

Além disso, lembram banqueiros austríacos e suíços, parece pouco provável, agora, que o congresso norte-americano ratifique o aumento das cotas dos EUA no FMI. Se este aumento não for aprovado, o FMI poderia negar-se a descongelar os empréstimos já concedidos ao Brasil, os bancos comerciais não poderiam participar do novo pacote de ajuda e o Brasil ficaria a um passo da moratória formal.

Todas essas possibilidades estão sendo estudadas pelos bancos centrais europeus, que também estão arriscados a serem chamados pelo Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) para cobrir suas garantias a empréstimos feitos ao Brasil e não pagos. A fonte que deu essas informações, entretanto, se negou a falar sobre as providências que seriam tomadas no caso de o Brasil paralisar seus pagamentos.